_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliu Lyra (quinzenal) _ Isquiá Sartara (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER_ Vinicius Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatto (quinzenal) _ QUI_ Vinicius Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Vinicius Pereira _ David Hanazin _ Bernardo Mello Franco

FLÁVIA OLIVEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
flaviaoliveira@gmail.com

Favela, sim

Ela subiu tranquilamente o caminho que leva ao topo da favela onde nasceu. Caminhou sentindo o banzo, precisamente definido como impossibilidade de retorno. O lugar que a forjou, o Morro Pindura Saia, não existe mais desde os anos 1970, quando autoridades deram por concluído o desfavelamento — remoção, no Rio de Janeiro — da área posteriormente transformada no bairro Cruzeiro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Do território retratado pela autora de "Becos da memória" (2006), restam um punhado de casas espremidas entre edifícios de classe média e o prédio de 1897 que abriga o primeiro reservatório de água da cidade, ainda em funcionamento.

Acompanhei Conceição Evaristo na ladeira que leva ao topo do Parque Professor Amílcar Vianna Martins, uma das vistas mais bonitas da capital mineira, no mesmo dia em que, no Rio de Janeiro, o IBGE anunciava a substituição nas pesquisas da denominação "aglomerados subnormais" por "favelas e comunidades urbanas". Favela foi nomenclatura usada pelo órgão oficial de estatísticas nos censos demográficos de 1950 e 1960. A partir dos anos 1970, como legado da ditadura cívico-militar, as áreas de habitação popular, construídas com material inadequado, sem licenciamento e serviços públicos essenciais, passaram a ser chamadas de aglomerados. Primeiro, excepcionais; depois, subnormais.

— A nova nomenclatura foi escolhida a partir de estudos técnicos e consultas a diversos segmentos sociais, visando a garantir que a divulgação do Censo 2022 seja realizada a partir da perspectiva dos direitos constitucionais fundamentais da população das cidades — explicou o coordenador de geografia da Diretoria de Geociências do IBGE, Cayo de Oliveira Franco.

Dados preliminares do último Censo revelam que o Brasil tem 11.403 favelas. Em 6,5 milhões de domicílios vivem cerca de 16 milhões de habitantes, 5 milhões a mais que em 2010. A mudança de nome era reivindicação antiga de organizações da sociedade civil, acadêmicos e, sobretudo, moradores. No IBGE, vinha sendo discutida por um amplo grupo de trabalho (GT) desde fins de 2022, informou Isabella Nunes, pesquisadora na Diretoria de Pesquisas do instituto.

O geógrafo Jailson de Souza e Silva, fundador do Observatório de Favelas, coautor de "A favela reinventa a cidade" (2020), membro do GT, considerou a mudança muito significativa. Assessor da presidência do BNDES, ele se reuniu ontem com integrantes do comitê para discutir projetos de desenvolvimento sustentável em favelas. A intenção é abordar, não só a demanda por infraestrutura física, mas "necessidades outras" das pessoas:

— Mais importante que o termo é o conceito. Os indicadores serão muito mais plurais, com muitas abordagens positivas também. Rompeu-se a ideia de aglomerados subnormais e, por isso, predominantemente negativos. Esperamos uma nova forma de olhar e se relacionar com a favela — resumiu.

Pela nova classificação, favelas e comunidades urbanas são áreas com predominância de residências com diferentes níveis de legalidade fundiária. Além disso, deverão atender a pelo menos um critério entre ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; predomínio de edificações, vias e infraestrutura autoproduzidas ou fora de parâmetros estabelecidos pelo poder público; localização em áreas com restrições à ocupação por leis ambientais ou urbanísticas. Em 2010, o Censo classificava como "aglomerados subnormais" conjuntos de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes de serviços essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia e dispostas de forma desordenada ou densa.

Favela já foi denominação pejorativa. Há tempos vem sendo ressignificada. A Central Única das Favelas (Cufa), fundada em 1999 na Cidade de Deus (Rio de Janeiro), hoje presente em todos os estados brasileiros, está aí a provar. Estranho é imaginar como "aglomerado subnormal" foi admitido como classificação mais adequada. Eliana Sousa Silva, diretora da ONG Redes da Maré, disse que a expressão era repudiada, não é de hoje, pelos que lutam pela melhoria das condições de vida nas favelas e periferias. A mudança, segundo ela, faz uma reparação histórica ao excluir do glossário oficial um termo que "reforça preconceitos e está desconectado da realidade das cidades contemporâneas":

— A institucionalização, a formalização e a ampliação do uso do nome também podem contribuir para a compreensão dos próprios moradores de que favela é parte importante e representativa da cidade, como qualquer outra — completa.

Favelas têm direitos a ser atendidos; carências a ser superadas; pessoas a ser respeitadas. São territórios de socialização e afeto, trabalho e festa, lar. Hão de ser preservados, não banidos, porque guardam história e potência. Que o diga Maria da Conceição Evaristo de Brito.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X:bernardomf
bmf@oglobo.com.br

O sequestro do Orçamento

Lula derrotou o bolsonarismo e afastou a ameaça de golpe, mas ainda patina para cumprir outro desafio de seu terceiro mandato: restaurar o presidencialismo no Brasil.

O sistema tem regras simples: o Judiciário julga, o Legislativo legisla e o Executivo governa. Nos últimos tempos, o Legislativo passou a legislar e governar. Sequestrou o Orçamento e esvaziou o poder presidencial.

Num país em que falta dinheiro para o básico, a verba reservada às emendas parlamentares quase triplicou em cinco anos. Em 2024, o valor previsto é recorde: R$ 47,5 bilhões. Passaria de R$ 53 bilhões, não fosse o veto de Lula no início da semana.

O corte de R$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão gerou um clima de motim no Congresso. O chefe da grita é o deputado Arthur Lira, que ameaça derrubar o veto e impor outras derrotas ao Planalto.

Para espantar o risco de impeachment, Jair Bolsonaro criou o orçamento secreto e entregou a chave do cofre ao Centrão. Os parlamentares avançaram sobre as atribuições do governo, enquanto o capitão se ocupava com lives e motociatas.

"O ex-presidente não tinha governança nesse país. Quem governava era o Congresso", disse Lula na segunda-feira. É verdade, mas ele ainda parece longe de restaurar os poderes do cargo.

O sequestro do Orçamento diluiu o papel do presidente. Ele ainda nomeia os ministros, mas vê deputados e senadores decidirem onde o dinheiro dos impostos será alocado.

Se as emendas sempre existiram, seu inchaço criou um sistema disfuncional. A lógica do parlamentar é abastecer sua base para facilitar a própria reeleição. O compromisso é com a clientela, não com o programa de governo escolhido nas urnas.

Desde que voltou ao Planalto, Lula pena na relação com o Congresso. Sua tentativa de governar sem o Centrão fracassou. Com a faca no pescoço, ele aceitou entregar três ministérios à turma de Lira. Mesmo assim, continua sem uma base estável.

Em entrevista à Rádio Metrópole, o presidente disse que negociar com a Câmara é "sempre um prazer e sempre difícil". Se não recuperarem as emendas perdidas, os deputados farão de tudo para reduzir o prazer e aumentar a dificuldade.

PEDRO DORIA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
colunapedroduria.com.br

A Europa tirou sangue da Apple

A Lei dos Mercados Digitais foi publicada em toda a União Europeia em 1º de novembro de 2022. Entrou em vigor por um período de adaptação em maio passado. Em março próximo, causará o primeiro impacto grande. Todo europeu com iPhone ou iPad poderá baixar apps sem usar a App Store. A Apple não desejava uma mudança desse tipo. Mas a regulação europeia das big techs começa a mostrar seus dentes.

O iPhone foi lançado em 2007. Não faz muito tempo, smartphones fazem parte tão intensa de nossa vida hoje, que esquecemos como foi. Em 2007, um telefone sem teclado por si só já causava espanto. Era um vidro de cima a baixo. Não havia banda larga no celular — 4G só começou a chegar aos Estados Unidos lá por 2011 e, aqui, por 2013. O iPhone original, portanto, servia para três coisas. Para baixar e-mails, para ver com muita lentidão carregar uma página da web que precisasse ser consultada com urgência e, por ter GPS, para ver a posição em que o carro estava num mapa. Só isso. Aquele mapa não apontava direção.

Foi só em 2008, com o lançamento do iPhone 3G, segunda geração do aparelho, que apareceu a App Store. Do ponto de vista dos negócios, foi uma jogada de mestre da Apple. Ela inventou um mercado. Em essência, dizia a programadores em todo o mundo: "Se quiser escrever um aplicativo para smartphones, ajudamos você a vendê-lo". A variedade de apps aumentou em muitas vezes a utilidade dos smartphones.

Waze, Angry Birds, WhatsApp, Uber, Tinder, Spotify, Instagram — não é difícil listar um sem-número de apps que nasceram porque a Apple pôs uma App Store em seu smartphone. Apps que, tendo nascido, mexeram de forma radical no jeito como nos comunicamos, nos locomovemos, nos entretemos. Na maneira como compartilhamos experiências uns com os outros.

Vendas digitais promovidas dentro dos celulares formam um mercado na casa das centenas de bilhões de dólares

Ela criou ali, também, um negócio extraordinário. Toda compra digital feita dentro da App Store rende à Apple 30% do valor. Pode ser o preço cheio do próprio app, pode ser a assinatura de uma revista, de um serviço de *streaming*. Não importa. Até hoje não é possível comprar livros digitais pelo app da Amazon no iPhone, porque a gigante do e-commerce não compartilhará seu lucro com a gigante dos smartphones.

Mas, para cada dólar que um app para Android gera, o mesmo app para iPhone produz dois dólares. Mundialmente, iPhones representam 20% do mercado ante quase todo o resto no mundo Android. Ainda assim, 66% do dinheiro é gasto com apps nos celulares da Apple. A companhia cobra alto para quem deseja vender pelos seus celulares, mas argumenta que construiu um ecossistema comprovadamente mais rentável que a concorrência. Os números variam dependendo de que instituição conta, mas todos concordam que as vendas digitais promovidas dentro dos celulares formam um mercado na casa das centenas de bilhões de dólares.

Os europeus decidiram que não pode mais. É, de acordo com a nova lei, uma prática que inibe a concorrência. Abuso do poder de mercado. Se você fabrica os trilhos, não pode impedir que concorrentes fabriquem também locomotivas compatíveis. Caso clássico de antitruste.

A partir de março, apenas dentro da União Europeia, quem quiser poderá colocar outras App Stores nos iPhones. A Apple ainda cobrará 17% das vendas e as controlará para ter certeza de que os apps vendidos não tenham vírus. Ainda não está claro se a mudança será suficiente para os reguladores europeus se satisfazerem.